



1 Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO**  
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES, SERGIO LEÃO**, a Conselheira  
5 Substituta Adriana Oliveira, nos termos na Portaria nº 0539/17 e o Conselheiro Sérgio Franco  
6 Dantas, nos termos da Resolução Administrativa nº 07/2017 de 09.02.2017; ausências  
7 justificadas dos Conselheiros **JOSE CARLOS ARAUJO e CEZAR COLARES**; presença da  
8 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA**  
9 **REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado  
10 do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta  
11 Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:  
12 *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*  
13 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocados os Conselheiros Substitutos,  
14 **ALEXANDRE CUNHA e SERGIO FRANCO DANTAS**, para apresentar proposta de Decisão nos  
15 termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação  
16 das Atas das Sessões nº 017 e 018/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**  
17 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**  
18 **1370012012-00; Prefeitura Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2012**  
19 **(Contas de Governo)**; Responsáveis: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto (01/01 a 11/12) e  
20 Francisco Raimundo Mendes de Souza (12 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério  
21 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
22 **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
23 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio  
24 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
25 proferiu seu **VOTO**: *"Solicito a este Plenário, a reabertura da instrução da Prestação de Contas de*  
26 *Governo da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício de 2012, a fim de que seja citado o Sr. Francisco*  
27 *Raimundo Mendes de Souza (período de 12 a 31.12.2012), pelo descumprimento do artigo 22 da Lei nº*  
28 *11.494/07, medida esta indispensável à correta apreciação das contas em exame"*. A Presidência  
29 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela Reabertura de Instrução  
30 (Resolução 13.023). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1290012007-**  
31 **00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Prestação de Contas – 2007**; Responsável:  
32 Averaldo Pereira Lima; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
33 Gueiros; Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Substituição ao Conselheiro Aloisio  
34 Chaves - Portaria nº 539/17); **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo  
35 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
36 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**  
37 **discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo  
38 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
39 pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, bem como o encaminhamento de cópia



dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 744362008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Caetano de Odivelas; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Jacob Guedes Valentim - Falecido (01/01 a 24/02) e Ana Paula Rendeiro Barbalho (25/02 a 31/12); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogada: Ana Mariléia Ribeiro do Nascimento – OAB-PA 9437; Contador: Julião Neves da Rocha Jr. – CRC- PA 6109; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas do Sr. Jacob Guedes Valentim e pela regularidade das contas, com ressalvas de responsabilidade da Sra. Ana Paula Rendeiro Barbalho. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “1- *Pela Regularidade, com ressalvas, das Contas do Fundo Municipal de Assistência Social, período de 01/01 a 24/02/2008, sob a responsabilidade do Espólio do Sr. Jacob Guedes Valentim, na forma do art. 45, II, da Lei Complementar nº 109/2016, condicionando o Alvará de Quitação ao recolhimento do valor de R\$1.374,00 (Hum Mil Trezentos e Setenta e Quatro Reais), lançado à conta Agente Ordenador, considerando o valor de pequena monta.* 2- *Pela Regularidade, com Ressalvas, das Contas da Sra. Ana Paula Rendeiro Barbalho, Ordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social, no período de 25/02 a 21/12/2008, nos termos do art. 45, II, da Lei Complementar 109/2016, combinado com o art. 232, § 2º, do RI/TCM (Ato 18/2017). O Alvará de Quitação no valor de R\$143.243,66 (Cento e Quarenta e Três Mil, Duzentos e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Seis Centavos), deverá ser expedido à Sra. Ana Paula Rendeiro Barbalho, somente após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: 1- 308,98 UPF-PA, correspondente a R\$1.000,00 (Hum Mil Reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre (55 dias), nos termos do art. 284, II, do RI/TCM (Ato 18/2017); 2- 1.501 UPF-PA, equivalente a R\$4.857,83 (Quatro Mil, Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais, e Oitenta e Três Centavos), nos termos do art. 284, Parágrafo Único, do RI/TCM (Ato 18/2017), pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Fica advertida a Sra. Ana Paula Rendeiro Barbalho, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito e julgado da presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do RI/TCM-PA (Ato 18/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36%”. **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu, e votou por tornar ilíquidáveis as contas de responsabilidade do Sr. Jacob Guedes Valentim, a Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, assim como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, Sérgio Franco Dantas e Adriana Oliveira acompanharam a divergência. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, de Ana Paula Rendeiro Barbalho, com aplicação de multas. **Por maioria**: decidiu tornar ilíquidáveis as contas de Jacob Guedes Valentim (Acórdão nº 30.394). Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves, quanto ao*



79 recolhimento imputado ao Espólio do Sr. Jacob Guedes Valentim. Presidência do Conselheiro  
80 Daniel Lavareda. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia, nos termos no Art. 66, inciso I do  
81 RI/TCM-PA. **Processo nº 140122008-00; Secretaria Municipal de Saneamento de**  
82 **Belém; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Natanael Alves Cunha; Instrução: 6ª  
83 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro  
84 Aloísio Chaves; Contadora: Erondina Maria de M. Santos (CRC - PA 011448); **Publicado no DOE**  
85 **nº 33.353, de 12.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1370022009-00; Câmara**  
86 **Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2009;** Responsável: Wildson Araújo de  
87 Mello; Instrução: Auditor: Alcimar Lobato/ 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
88 Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.353, de**  
89 **12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
90 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em**  
91 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
92 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e emissão de  
93 Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.395). Ausência, por ocasião da votação, do conselheiro Aloisio  
94 Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 690022008-00; Câmara**  
95 **Municipal de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais de  
96 Gestão; Responsável: Sr. Odivan Alves de Lima; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:  
97 Procuradora Geral: Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE**  
98 **nº 33.353, de 12.04.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
99 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria  
100 foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou  
101 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e  
102 emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.396). Ausência, por ocasião da votação, do  
103 Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
104 **713342010-00; Secretaria Municipal De Finanças - Sefin de Santarém;** Prestação de  
105 Contas – 2010; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sra. Rosilane Socorro Evangelista da Silva  
106 (01/01 A 30/11) e Raimundo Edmundo Santos Filho (01/12 A 31/12); Instrução: 3ª  
107 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira  
108 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental,  
109 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade  
110 das contas de ambos Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora  
111 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
112 pela regularidade das contas, com ressalva, de ambos os Ordenadores; e aplicação de multa à  
113 Sra. Rosilane Socorro Evangelista (Acórdão nº 30.397). Ausência, por ocasião da votação, do  
114 Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
115 **832022013-00; Fundo Municipal de Saúde de Tomé-Açu; Prestação de Contas – 2013;**  
116 Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sra. Soraia da Silva e Silva; Instrução: 4ª Controladoria;  
117 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José



Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.398). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e Daniel Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 432382012-00; Fundeb de Maracanã; Prestação de Contas – 2012**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sr. Agnaldo Machado Dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.399). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e Daniel Lavareda. Presidência do Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1190022011-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Prestação de Contas – 2011**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sr. Arinei da Silva Meireles; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.400). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloisio Chaves e Daniel Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 353502011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Irituia; Prestação de Contas – 2011**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sra. Antônia de Jesus Macias; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.401). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 13992011-00; Fundação Cultural de Abaetetuba; Prestação de Contas – 2011**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Sr. Manoel de Jesus Rodrigues Moraes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez





157 Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.**  
158 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
159 manifestou-se pela regularidade, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
160 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
161 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, aplicação de multas, e  
162 emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.402). Ausência, por ocasião da votação, do  
163 Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
164 **1210022009-00; Câmara Municipal de Pau D'Arco; Prestação de Contas – 2009**; Contas  
165 Anuais de Gestão; Responsável: Sr. Eduardo Rodrigues De Miranda – Presidente; Instrução: 6ª  
166 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto  
167 Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Do Gabinete Do Conselheiro Aloísio Chaves, Conforme  
168 Resolução Nº 10.249/2011); Advogado/Contador: Sr. Raimundo Edson de Amorim Santos;  
169 **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
170 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A  
171 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**,  
172 no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
173 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas e encaminhamento de cópia dos autos ao  
174 Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 30.403). Vencida a  
175 Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. Presidência do Conselheiro  
176 Daniel Lavareda. **Processo nº 190022010-00; Câmara Municipal de Bujaru; Prestação de**  
177 **Contas – 2010**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sr. Lúcio Antônio F. Bitencourt (01/01 a  
178 15/04) E Didi Martinelli (16/04 a 31/12); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:  
179 Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas  
180 (Redistribuído Conselheiro Daniel Lavareda); **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.**  
181 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
182 manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**  
183 **discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada  
184 pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
185 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.404).  
186 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 430022013-00; Câmara Municipal**  
187 **de Maracanã; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sr. José  
188 Augusto da Silva Casseb; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth  
189 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Conselheiro  
190 Daniel Lavareda); **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo  
191 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
192 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
193 Relator apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. **Em**  
194 **votação**: O Conselheiro Aloisio Chaves absteve-se. A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros  
195 Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Adriana



196 Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
197 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas  
198 (Acórdão nº 30.406). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 694002009-**  
199 **00; Fundo Municipal De Assistência Social de Santa Maria do Pará; Prestação de**  
200 **Contas – 2009**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sra. Maria Pinheiro Alves; Instrução: 5ª  
201 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro  
202 Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Conselheiro Daniel Lavareda);  
203 Advogado/Contador: Sr. Edvaldo Rodrigues de Lima - CRC/PA 8.841; **Publicado no DOE nº**  
204 **33.353, de 12.04.201.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
205 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
206 **em discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada  
207 pelo Conselheiro Relator. **Em votação**: O Conselheiro Aloisio Chaves absteve-se. A Conselheira  
208 Mara Lúcia, os Conselheiros Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e os Conselheiros Substitutos  
209 Alexandre Cunha e Adriana Oliveira acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou  
210 a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas.  
211 **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 30.406). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto  
212 a exclusão da aplicação das multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
213 **210022006-00; Câmara Municipal de Cametá; Prestação de Contas – 2006**; Contas  
214 Anuais de Gestão; Responsável: Sr. José Maria de Freitas Caldas; Instrução: 7ª Controladoria;  
215 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro - Substituto José  
216 Alexandre Da Cunha Pessoa (Processo Redistribuído do Gabinete Conselheiro José Carlos);  
217 **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
218 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A  
219 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**,  
220 no que foi ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
221 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas. **Por maioria**: aplicação de multas  
222 (Acórdão nº 30.407). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das  
223 multas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201307398-00**  
224 **(930022009-00); Câmara Municipal de Garrafão do Norte; Recurso – 2009 Ordinário, À**  
225 **Decisão Contida No Acórdão N.º 23.194, De 24/01/2013; Recorrente: Sr. Antônio Pereira De**  
226 **Araújo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator:**  
227 **Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Retirado de Pauta.  
228 **Processo nº 201600024-00 (540022008-00); Câmara Municipal de Ourém; Recurso –**  
229 **2008 Ordinário - Contra o Acórdão Nº. 27.265; Recorrente: Sr. Mário Fernando Simões dos**  
230 **Santos Junior; Instrução: 7ª Controladoria TCM-Pa; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez**  
231 **Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Da Cunha Pessoa (Redistribuído Do**  
232 **Gabinete Do Conselheiro José Carlos Araújo); Advogado/Contad Sr(a). Hélio João Martins OAB-PA**  
233 **11.043, Cássia Rosana M.S e Martins OAB-PA 8.464-A, Nelson Ítalo Garcia Monteiro OAB-PA**  
234 **17.232, Renata Ribeiro de Souza OAB-PA 20.057 e Marcus Vinicius Fernades Rodrigues OAB-PA**



235 22.909; Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o  
236 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
237 provimento parcial do Recurso, modificando a decisão anterior. A matéria foi colocada **em**  
238 **discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada  
239 pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
240 decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão anterior  
241 (Acórdão nº 30.408). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201613112-**  
242 **00; Câmara Municipal de Prainha; Diária – 2017; Resolução N.º 001, De 18/10/2016, Que**  
243 **Dispõe Sobre As Diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, para o Exercício de**  
244 **2017; Interessado: Sr. Juscelino Macêdo de Carvalho – Presidente; Ministério Público:**  
245 **Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº**  
246 **33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
247 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
248 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
249 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.025). Presidência  
250 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201612437-00; Câmara Municipal de Floresta**  
251 **do Araguaia; Diária – 2016; Resolução Nº 03/2016; Interessado: Sr. Alécio Da Costa Pessoa;**  
252 **Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José**  
253 **Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo  
254 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
255 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
256 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
257 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.026). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
258 **Processo nº 201406179-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato – 2014;**  
259 **Contrato Temporários de Pessoal e Termos Aditivos; Interessado: Sr. Wady Cecílio Sobrinho;**  
260 **Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José**  
261 **Alexandre Da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo  
262 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
263 se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
264 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
265 pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 30.409). Presidência do Conselheiro Daniel  
266 Lavareda. **Processo nº 201602638-00; SAAE de Parauapebas; Contrato – 2016; Contrato**  
267 **Temporários Celebrados Com Aldeci Bezerra Frota e Outros; Interessado: Sra. Francisquinha De**  
268 **Almeida Vieira; Ministério Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro**  
269 **Substituto José Alexandre Da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.**  
270 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
271 manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
272 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
273 **unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato. (Acórdão nº 30.410). Presidência do



274 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº201607718-00; Prefeitura Municipal de**  
275 **Bannach; Subsídio – 2016;** Fixação de Subsídios Lei 223/2016/ Lei 224/2016; Interessado: Sr.  
276 Valbetanio Barbosa Milhomem; Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva;  
277 Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Da Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº**  
278 **33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
279 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Lei 223/2016, e pelo  
280 cadastramento parcial da Lei 224/2016. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
281 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
282 decidiu pelo cadastramento da Lei 223/2016, e cadastramento parcial da Lei 224/2016.  
283 (Resolução nº 13.027). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201300003-00;**  
284 **Prefeitura Municipal de Paragominas; Nomeação – 2012;** Nomeação Servidores -  
285 Concurso Público Nº 02/2012; Interessado: Sra. Maria Josilene da Silva de Oliveira e Outros;  
286 Ministério Público: Procuradora: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro - Substituto José  
287 Alexandre da Cunha Pessoa (Processo Redistribuído Do Gabinete Conselheiro José Carlos);  
288 **Publicado no DOE nº 33.353, de 12.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
289 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato.  
290 A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto seu **VOTO:** “*Isto posto,*  
291 *acompanho as manifestações uniformes da DCPA/TCM – PA e do Ministério Público de*  
292 *Contas/TCM-PA, e voto pelo não registro da Portaria nº 1389/13, que nomeou Edrey Teixeira*  
293 *Vilhena, e pelo registro dos demais atos que nomeiam Elisvania Rodrigues Macedo e Outros, para*  
294 *exercerem diversos cargos efetivos em decorrência de aprovação no Concurso Público nº*  
295 *02/2012, relacionados às fls. 52/93, tendo em vista que foram observados os princípios da*  
296 *impessoalidade, da isonomia e da legalidade, nos termos do Art. 37, II da CF;88”. **Em votação:**  
297 O Conselheiro Aloisio Chaves acompanhou o Relator na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu  
298 Vista dos autos. Os demais Conselheiros decidiram aguardar a manifestação do Voto de Vistas.  
299 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**  
300 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Aloisio Chaves pediu a palavra e assim se manifestou:  
301 “*Há quinze dias atrás, antes das férias do Conselheiro Cezar Colares, Conselheira Substituta*  
302 *Márcia Costa, em proferiu um voto minucioso, e como era um processo redistribuído do*  
303 *Conselheiro Cezar Colares, Vossa Excelência colheu o voto do Conselheiro Cezar, e de maneira*  
304 *até surpreendente, o Conselheiro Cezar divergiu do voto da Conselheira Substituta Márcia e não*  
305 *confirmou o seu voto. E como eu era o primeiro a votar, e havia ouvido com toda atenção o voto*  
306 *da Conselheira Substituta Márcia, pude ver que estava muito bem posto, fiquei em dúvida de*  
307 *quem estava com a razão, se era a Conselheira Substituta que apresentou sua proposta, ou se*  
308 *era o Conselheiro Cezar, que havia distribuído o processo e desta maneira, confirmado o seu voto*  
309 *divergente. Eu então pedi Vista. Questiono o Pleno de qual maneira devo proceder? Solicito*  
310 *assim, uma orientação”.* Em resposta, o Conselheiro Presidente Daniel Lavareda, sugeriu que  
311 fosse marcada uma reunião administrativa para tratar de tal assunto, o que foi acompanhado  
312 pelo Conselheiro Aloisio Chaves. Em seguida, o Conselheiro Presidente, informou ao Pleno que as*





313 seguintes matérias administrativas: 1) Comunicar as adequações do Diário Eletrônico que estava  
314 passando por um período de adaptação, onde as publicações estavam sendo realizadas também  
315 no Diário Oficial do Estado do Pará, e que a partir da presente data, o mesmo passará a ser  
316 independente, baseado na Lei que o instituiu; 2) Parabenizou a Procuradora Maria Regina Cunha,  
317 que tomou posse como Procuradora Chefe do Ministério Público Junto ao TCM-PA, e reafirmou o  
318 compromisso do Tribunal em manter a parceria entre os dois órgãos. **ENCERRADA** a presente  
319 Sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
320 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de março  
321 de dois mil e dezessete.  
322 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 030/2017, em onze de maio de dois mil e dezessete.  
323 Visto:

**Hilda Maria Zahluth Centeno Normando**  
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão